

## Reflexões em torno da relação entre História e Literatura

Maria Lúcia da Silva Nunes  
Lia Machado Fiuza Fialho  
Charlton José dos Santos Machado

**Resumo:** Objetiva-se compreender as relações entre História e Literatura com a reflexão acerca das características que unem as duas áreas, bem como aquelas que as distinguem e especificam, identificando fronteiras e conexões, especialmente na maneira como se pode usar a Literatura como fonte, particularmente o romance literário, para a História e para a História da Educação. A História e a Literatura são representações que propiciam o conhecimento do mundo e permitem o entrecruzamento e o diálogo; são narrativas distintas que interpretam os acontecimentos humanos e têm uma relação diferenciada com o real. Cada uma, a seu modo, reconfigura um certo passado suscetível a análises e compreensões. Como expressão literária, o romance permite a visualização de vestígios das ações do homem no tempo e no espaço, o que amplia as fontes para as pesquisas em História da Educação Brasileira, na medida em que fornece indícios de configurações sociais, seus sujeitos e suas tramas.

**Palavras-chave:** Literatura. História. Romance.

## Reflections around the relation between History and Literature

**Abstract:** The goal is to comprehend the relation between History and Literature through the reflection about not only the characteristics that connect those two fields, but also those that distinguish and differentiate them, identifying borders and connections, especially in the way how Literature, mainly the literary novels, could be used as a source both to the History and to the Education History fields. History and Literature are representations that provide knowledge about the world and allow the interweaving and dialogue; are distinct narratives that interpret human events and have a different relation with the reality. Each one, on their way, reconfigure a certain past opened to analysis and understandings. As a literary expression, the romance enables the view of the human actions' vestiges in a space-temporal setting, broadening the sources to the researches in the Brazilian Education History field, also giving evidences of social arrangements, its subjects and plots.

**Keywords:** Literature. History. Romance

## Introdução

A discussão posta neste texto visa compreender as relações entre História e Literatura, desde a exposição reflexiva acerca de elementos que aproximam as duas áreas, que as distinguem e especificam, identificando fronteiras e interfaces. A intenção é enfatizar, especialmente, a possibilidade de se utilizar a Literatura como fonte para estudos no campo da História e da História da Educação no Brasil, com suporte no romance. Sabe-se que muitas obras literárias revelam grande potencial como documento, não apenas por se referirem a uma determinada época ou a acontecimentos históricos fundamentais na História brasileira ou universal, mas como fonte para se traçar um retrato da sociedade representada por homens, mulheres e crianças, brancos e negros, ricos e pobres, letrados e iletrados. Logo, argumenta-se que a ficção e a memória, bem como o cruzamento das duas, permitem revelar práticas, costumes, tensões, cotidianos e modos de ser, pensar e fazer das pessoas, ou seja, a configuração de uma sociedade, estabelecida desde o tecido formado por todas as relações que aí se concretizam.

O interesse por essa temática surgiu da leitura de alguns textos, como “Questões teórico-metodológicas da História” (DECCA, 2000), “Os Annales: a renovação teórico-metodológica e ‘utópica’ da História pela reconstrução do tempo histórico” (REIS, 2000), História e memória (LE GOFF, 1994), entre outros. Por outro lado, foi instigante a leitura de análises historiográficas que tomam a Literatura como fonte, a exemplo do livro de Galvão (1998), que reconstrói o cotidiano da escola primária do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, na Paraíba, tendo como fonte principal alguns livros do escritor paraibano José Lins do Rego. A obra *A formação da leitura no Brasil* (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996) analisa o surgimento do leitor no país desde sua tematização em romances do período romântico de nossa Literatura, com escritores como Machado de Assis e José de Alencar. Em *Corpos escritos* (MIRANDA, 1992), tomando como fonte *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, e *Em liberdade*, de Silviano Santiago, Miranda reflete sobre os tênues limites entre o discurso memorialista e o discurso ficcional, problematizando os liames entre ficção e memória e como estas representam a História. Por sua vez, Morais (2002) revela as práticas de leitura do público feminino, principalmente na segunda metade do século XIX, no Rio de Janeiro, então capital do Império, a partir da análise de jornais voltados para as mulheres e de romances de José de Alencar, Manoel Antônio de Almeida, Machado de Assis, entre outros.

Não só pelos exemplos acima, mas também pelo que se estudou da temática, é possível aferir a ideia de que muitos literatos demonstram, explícita ou implicitamente, a consciência de sua ligação com um referencial histórico, embora isso seja secundário numa obra literária. A relevância do estudo, entretanto, justifica-se por apontar conexões entre História, Educação e Literatura, por vezes, ignoradas no distanciamento, ou na segregação, de campos específicos do saber científico, mas indissociáveis no âmbito do conhecimento.

Consciente das possíveis relações entre História e Literatura, Reinato (1998) aponta caminhos para esse tipo de pesquisa histórica. O autor traça o percurso da lenta aproximação entre os dois campos, analisa a discussão indicativa de saída da narrativa do campo de estudo específico dos literatos, passando a integrar a área de interesse dos historiadores, e tece relações entre História, ficção e Literatura, utilizando como fonte o livro *Respiração artificial*, de Ricardo Piglia, e a história oficial de Simón Bolívar. Na conclusão de seu texto, o autor acentua que:

No decorrer do relato, insistimos na idéia de que a literatura pode servir à história muito mais do que como mera fonte ou referencial para citações pomposas. Insistimos na idéia de que há uma convergência das ações históricas e da narrativa literária. Não que a literatura seja mera repetição da realidade. Mas que a história pode ser percebida por um discurso literário ficcional e não apenas pelo discurso literário realista. O construir da ficção permite-nos uma aproximação da esfera mental de uma época até com mais precisão do que o documento rígido que fale sobre o mesmo período (REINATO, 1998, p. 59).

A discussão sobre as aproximações entre História e Literatura, os limites entre ambas, o que as caracteriza e quais as funções de cada uma é procedida há muito tempo. O diferencial deste estudo consiste em indagar a maneira como se pode utilizar a Literatura como fonte na pesquisa científica contemporânea em História da Educação no Brasil, desde os romances.

### **Para que serve a Literatura?**

A Literatura deve apenas deleitar ou precisa ter alguma utilidade? Desde Horácio, questiona-se se a Arte deve ser “doce” ou “útil” ou “doce” e “útil”. De modo geral, os tratados de Estética e de Poética não se alteram quanto a esses aspectos. Parece que a conclusão mais sensata é a de que a Arte – no caso específico, a Literatura – é doce e útil para seus usuários. Doce, porque dá prazer pela habilidade com que articula os elementos da imaginação; útil, porque promove a reflexão e a libertação, fruto de uma boa articulação de seus elementos (WELLEK; WARREN, 1962).

Ainda segundo Welles e Warren (1962), para os defensores da autonomia da “Arte pela Arte”, como Kant, o que caracteriza a Arte é a ausência de finalidade. Sendo assim, não deve haver qualquer possibilidade de identificação ou até de aproximação entre o belo e o útil. A outra finalidade de maior destaque é a evasão, que significa fuga do mundo real ou de determinadas condições deste para um mundo imaginário. No caso da Literatura, a evasão proporciona a realização fictícia dos desejos mais ocultos e, não raro, irrealizáveis no cotidiano.

A Literatura é capaz de provocar alterações e sentimentos variados no ser humano, tanto que as considerações em torno de sua importância na vida do homem produzem desde dissertações científicas até defesas mais apaixonadas e quase poéticas.

A literatura é um discurso carregado de vivência íntima e profunda que suscita no leitor o desejo de prolongar ou renovar as experiências que veicula. Constitui um elo privilegiado entre o homem e o mundo, pois supre as fantasias, desencadeia novas, ativa o nosso intelecto, trazendo e produzindo conhecimento. Ela é criação, uma espécie de irrealidade que adensa a realidade, tornando-nos observadores de nós mesmos. Ler um texto literário significa entrar em novas relações, sofrer um processo de transformação (BRANDÃO; MICHELETTI, 1997, p. 22-23).

Por mais que a obra de arte esteja relacionada ao prazer e seja fruto da imaginação e da criatividade, há outro elemento que a caracteriza: seu condicionamento ao contexto histórico e social em que o produtor está inserido e do qual não sai ileso. Esse elo com a realidade é o que permite transformar um texto literário em documento para estudar a História, a Educação e outros aspectos da sociedade. Seu vínculo com o real, no entanto, não deve ser confundido com mera reprodução do cotidiano, porque, embora seu material de composição seja a linguagem verbal, o modo de manejar a diferencia da linguagem “normal”. Esse manejo prima por combinações, efeitos e significados que fazem com que a linguagem literária seja distinta da utilizada no cotidiano. Sob a aparência de simplicidade, tem-se um discurso artístico que enche as palavras de expressividade em busca do sentido universal, atemporal e eterno. Essa opinião é assumida por Brandão e Micheletti (1997, p. 24-25) quando assinalam que:

A literatura resiste ao tempo, não se esgota como o discurso informativo dos jornais e noticiários, tem um quê de perenidade, parece sempre ter o que dizer ao homem que a procura, permanece na memória à qual o indivíduo recorre; a linguagem comum serve-nos para as nossas necessidades mais imediatas, assim nossa memória retém, com dificuldade, relatos que não nos prendam por laços mais emotivos. [...] O discurso artístico busca o frescor e o perfume do novo: cria palavras ou, paradoxalmente, volta ao passado, revitalizando termos e usando a linguagem analógica das metáforas ou se avizinhandos dos objetos pela metonímia, imprime à sua experiência um grau de subjetividade que a torna

única, singular, mas que a capacita a falar ao coração de cada indivíduo que, ao entrar em contato com ela, se encontra, se reconhece. Para cada um, ela significará também uma experiência única irreproduzível. São experiências que o leitor apreende pela ressonância em seu interior.

Embora o dito pela Literatura não seja, em muitos casos, o que foi dado pelos fatos reais, pode indicar pistas do acontecido, do não dito pela História; como representação, permite desvelar comportamentos omitidos, fazer falar sujeitos silenciados, indicar outras fontes que possam conduzir o trabalho do historiador para uma visão mais complexa e holística dos acontecimentos. Como leciona Pesavento (2006), a literatura é uma fonte especial e privilegiada para o historiador, porque lhe dá acesso ao imaginário, proporcionando pistas, traços e uma leitura plural decorrente de sua linguagem polissêmica, metafórica, sensível e sensibilizadora.

A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica. Por vezes, a coerência de sentido que o texto literário apresenta é o suporte necessário para que o olhar do historiador se oriente para outras fontes e nelas consiga enxergar aquilo que ainda não viu (PESAVENTO, 2006, p. 22).

Transpondo sua função estética, de fruição, de catarse, de prazer, de enunciadora do real por meio da sensibilidade, discute-se a importância da Literatura na formação do ser humano por oferecer a dose necessária de ficção e de lirismo; debate-se, também, acerca da capacidade narrativa de representar o real de modo verossímil.

Quando se reflete a respeito da potencialidade da Literatura como fonte para a História, questiona-se também, no tocante às tênues fronteiras entre uma e outra, sobre o que é ficção e o que é verdade, os conceitos de verdade e verossimilhança, o que caracteriza cada uma, o que as aproxima, o que as diferencia. Como se vê, é uma relação marcada pela disputa de ideias.

Na perspectiva de Gonçalves Filho (2000, p. 7), a Literatura tem poder porque abriga em si o “poder da palavra” e a “palavra do poder”, podendo ser considerada instância educativa e formadora de valores de cultura. Como tal, é possível tomá-la como documento de cultura.

A literatura, parafraseando Nietzsche, serve para tudo e para nada, e talvez, para uma sociedade que parece tomar conta de todos os nossos sentidos e prazeres, para nada. A literatura se apresenta como uma instância cultural que facilita a configuração, por parte de seu usuário, de variados tipos de reação, desde a alienação escandalosa ao engajamento radical, o refinamento intelectual à grosseria pedagógica – em síntese: o mergulho na loucura ou ao repouso na sabedoria (GONÇALVES FILHO, 2000, p. 34).

O debate se prolonga na busca de uma definição para a História: o que a caracteriza? Qual a sua função? A que se propõe? Em que aspecto se aproxima da Literatura? Que lugar ocupam uma e outra? De que modo pode ser estabelecido o diálogo entre as duas? Para alimentar essa discussão, faz-se necessário apontar algumas ideias que estão na base dessa relação.

### **A História como narrativa**

Entre as concepções que Le Goff (1994) expressa para o vocábulo “história”, destaca-se sua aceção que atribui o sentido de narração, isto é, história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na realidade histórica ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula. Essa definição traz à tona a discussão que começou a ocupar o discurso dos historiadores: a validade das fontes orais e a narrativa como instrumento do historiador.

Na concepção de Veyne (1988 apud LE GOFF, 1994, p. 39), “[...] a história é um conto, uma narração, mas um conto de acontecimentos verdadeiros”. Ele, inclusive, compara a história a um romance, explicitando que ambos são feitos de intrigas. Le Goff (1994), ao retomar essa definição, chama a atenção para o perigo que essa noção representa para a História, pois pode conduzir a se pensar que o historiador tem a mesma liberdade do romancista, e, assim sendo, a História não seria ciência. Se não concorda com Paul Veyne, Le Goff (1994) também discorda dos positivistas, que pretendem banir toda a imaginação do trabalho histórico. Para esse autor, o historiador pode recorrer a dois tipos de imaginação: “[...] a que consiste em animar o que está morto nos documentos e faz parte do trabalho histórico e a imaginação científica, que se manifesta pelo poder de abstração” (LE GOFF, 1994, p. 40).

Essa tensão dos historiadores – a tentativa de aproximação da História com a Literatura – possui relação com o interesse em recuperar “[...] uma categoria perdida com o recrudescimento da narrativa, a categoria da experiência na fonte histórica, bem como no discurso historiográfico” (PIGLIA, 1998, p. 46-47).

A preocupação com o desaparecimento da narrativa é trazida por Benjamin (1993), que exprime como uma das causas para esse fato a desvalorização da experiência pessoal, transmitida por via oral, de pessoa para pessoa. Em seu lugar, está a informação que apresenta fatos imediatos e prontos, que não deixam margem à imaginação e ao esforço individual de completá-los. Os fatos são recepcionados já digeridos, como se não fosse necessário realizar qualquer

esforço para compreendê-los. Por outro lado, eles geralmente se voltam para acontecimentos atuais e próximos ao leitor. Consequentemente, a notícia de lugares distantes passa a ser negligenciada em favor do imediatismo. Há uma necessidade de se provar e comprovar tudo o que se ouve ou se lê. Em todo esse processo, o surgimento da imprensa, com a edição de jornais, deu grande contribuição.

A arte de contar histórias, desde os tempos mais remotos, ligou-se a atividades profissionais de caráter artesanal que promoviam no ouvinte o autoesquecimento, a facilidade de gravá-las na memória e a capacidade de recontá-las. Com a industrialização, o trabalho manual foi paulatinamente substituído pelo trabalho com as máquinas, e uma série de fatores fez com que os homens já não tivessem tempo para se reunirem em torno de alguém que tivesse algo para contar. A troca de experiência começou a perder o seu valor, porque os sujeitos passaram a se preocupar com as questões pessoais, como o seu rendimento no trabalho; assim, as pessoas que tinham algo para relatar foram esquecendo como isso era feito, pois não tinham mais a quem contar. A retomada da narrativa e a revitalização da experiência representam uma forma de contrapor-se ao individualismo reforçado pela tecnologia e à massificação acentuada pela mídia, que silencia a memória e a história dos “vencidos” ou “infames” (FIALHO, 2012).

Propor um estudo histórico de textos literários é acreditar em sua potencialidade como documento, sem deixar de considerar sua organização específica: “Ainda que se considere o estatuto próprio do texto literário, ele é uma produção social válida porque revela, de uma outra forma, o que a análise social revela através de outros processos de investigação” (MORAIS, 2002, p. 29). Para Gonçalves Filho (2000), a presença de elementos históricos, biográficos e literários numa obra de literatura não pode ser considerada simples acaso, mas faz parte do entrelaçamento de fatores artísticos e culturais.

O exclusivismo literário praticado na suposição de que a literatura é tão-somente produto da imaginação criadora anula os fatores que dão vida e justificam essa imaginação – são as relações tensas entre indivíduo e sociedade. Um mundo que o homem não consegue, pela razão, tornar familiar, a literatura surge, pela imaginação, como um meio de compensar essas ‘rachaduras’ metafísicas e existenciais deixadas pelas práticas ‘racional’, religiosas e políticas (GONÇALVES FILHO, 2000, p. 36).

No caso específico do romance, a opção por utilizá-lo para investigar as representações de uma época impõe a consciência de que existe uma zona de contato entre este, a vida corrente e a ideologia. Tal qual o homem e sua realidade, o romance é um gênero inacabado, em elaboração,

com possibilidade de representá-los, pois, na evolução do romance, constata-se que “[...] as fronteiras entre o artístico e o extraliterário, entre literatura e não literatura, etc., não são mais estabelecidas pelos deuses” (BAKHTIN, 1988, p. 422).

Na evolução do romance, é possível observar sua relação com gêneros extraliterários da vida pública e privada; no percurso para atingir a forma que hoje possui, o romance utilizou-se, por vezes, das cartas, dos diários, das confissões e até dos métodos da retórica judicial. O romance formou-se na zona de contato “com um evento inacabado” e, muitas vezes, ultrapassou as próprias fronteiras como arte literária, “[...] transformando-se então ora num sermão moralizador, ora num tratado filosófico, ora em verdadeira diatribe política, ora em algo que se degenera numa obscura confissão íntima, primária, em ‘grito da alma’ etc.” (BAKHTIN, 1988, p. 422).

A modificação por que passou o romance, o questionamento de suas especificidades e fronteiras não é obra divina, mas um processo lento, complexo e histórico. Essa afirmação remete à revolução epistemológica realizada pela Nouvelle Histoire, ao promover uma mudança no conceito de tempo histórico. Afastando-se da Teologia e da Filosofia e aproximando-se das Ciências Sociais, altera o conceito de História, que deixa de ser uma “[...] construção linear e acelerada do futuro, da utopia, da liberdade” (REIS, 2000, p. 31), rejeita a abordagem teleológica e humaniza o tempo histórico. Submete a sociedade “[...] à representação do tempo da física e da matemática [...] procura encontrar no mundo humano regularidades, estabilidades, reversibilidades” (REIS, 2000, p. 31). Permanências, continuidades, interdependências e simultaneidades passam a ser consideradas. Essa nova visão implica também uma alteração de técnicas, métodos e fontes. Fontes históricas passam a ser todos os documentos que tratem da vida cotidiana do homem comum, de suas ideias, feitos, valores e formas de representação da realidade. “Agora, a história poderá ser feita com todos os documentos que são vestígios da passagem do homem” (REIS, 2000, p. 37).

A coincidência que desde muito tempo houve entre história e narrativa produz afirmações classificadas, muitas vezes, como incongruentes. Decca (2000, p. 18), por exemplo, ao corroborar White (1992), parafraseia-o, afirmando que a “[...] história é uma narrativa que pretende prefigurar aquilo que aconteceu, tomando como referência o campo das ações humanas”. Todavia, destaca seu incômodo quando o historiador estadunidense situa a História e a ficção num “[...] mesmo universo de comunicação e de funcionamento lingüístico” (DECCA, 2000, p.



18); em detrimento disso, alerta para o fato de que, mesmo que ambas pertençam ao campo das narrativas e se elaborem tomando como base as ações humanas, o modo de enunciação para uma e para outra é diferente.

As Artes, de um modo geral, passaram a ser utilizadas pelo historiador, possibilitando-lhe a compreensão da mentalidade de uma época.

Se antes a documentação era relativa ao evento e seu produtor, o grande personagem histórico em suas lutas históricas, agora ela é relativa ao campo econômico-social-mental: ela se torna massiva, serial, revelando o duradouro, a permanência, as estruturas sociais. Os documentos se referem à vida cotidiana das massas anônimas, à sua vida produtiva, à sua vida comercial, ao seu consumo, às suas crenças coletivas, às suas diversas formas de organização da vida social. [...] Todos os meios são tentados para se vencer as lacunas e silêncios das fontes, mesmo, e não sem risco, os considerados antiobjetivos (REIS, 1994, p. 18-19).

Nesse ínterim, a ficção literária representa:

[...] uma estrutura simbólica, isto é, como uma outra narrativa que, seguindo outras estratégias, organiza, a partir de um outro referencial, os mesmos eventos humanos, sem precisar se valer da prova empírica ou da evidência, prerrogativas indispensáveis de uma narrativa que se pretende científica, como é o caso da história (DECCA, 2000, p. 19).

Em congruência, os documentos que representam marcas da passagem do homem pelo universo são fontes para a História. A Literatura, como forma de expressão e representação do mundo, pode constituir instrumento valioso para dar conhecimento de fatos muitas vezes omitidos ou para mostrar outra visão desses mesmos fatos. Corroborando as ideias de Pesavento (2004), a Literatura é uma fonte especial, permeada de sensibilidades e valores, que propicia ao historiador trazer à tona o imaginário coletivo de uma sociedade. É uma opção singular de expressão de realidades, nascente de leituras plurais que podem dar a ver vestígios inalcançáveis por outros tipos de fontes.

A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Porque se fala disto e não daquilo em um texto? O que é recorrente em uma época, o que escandaliza, o que emociona, o que é aceito socialmente e o que é condenado ou proibido? Para além das disposições legais ou de códigos de etiquetas de uma sociedade, é a Literatura que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma (PESAVENTO, 2004, p. 82-83).

Na perspectiva de Lopes e Galvão (2001, p. 85), a Literatura ainda é pouco utilizada pela História, mas começa a se destacar na História da Educação, propiciando “[...] emergirem do

desconhecido o cotidiano de escolas, formas de socialização, maneiras de trajar, relações, tudo isso que faz parte da vida de homens e mulheres”.

### **As tênues fronteiras**

Ao reinventar, simular, imaginar, construir o real, a produção literária gera, determinadas vezes, um conhecimento particular e que contribui para o desvendamento da essência mesma do processo histórico brasileiro (SEGATTO; BALDAN, 1999, p. 219).

A Literatura e História são narrativas que se apoiam no real para se constituírem, portanto representações do real, todavia tratam essa matéria que lhes compõe de modo diferente, além de terem objetivos distintos. Enquanto a História busca a verdade e procura narrar, de forma organizada, o fato tal como se deu, a Literatura imagina o que aconteceu ou poderia ter acontecido e, mediante um discurso imagético, esforça-se para revelar uma concepção de realidade de tal modo que seja verossímil. Diversamente da História, a Literatura não busca a verdade, mas a verossimilhança, isto é, aquilo em que é possível se acreditar. Wellek e Warren (1962, p. 265) comungam do exposto quando exprimem que “[...] a distinção não deve ser estabelecida entre realidade e ilusão, mas entre diferentes concepções da realidade, entre diferentes modos de ilusão”.

Narrar é um procedimento comum ao historiador e ao literato. Ambos procuram expressar o mundo, mas os recursos narrativos são diversos, o tratamento dado à linguagem é distinto; enquanto o primeiro almeja a objetividade, o segundo tem a liberdade da ficção, da imaginação.

O escritor [...] cria situações, incidentes, personagens, figuras e figurações imaginárias. Ainda que situe sua estória em algum lugar e em dado momento, o referencial histórico ou empírico pode tornar-se secundário ou mesmo diluir-se. Trata-se de surpreender o singular, episódico, incidental e fugaz; ou o que estaria na sombra e esquecido, parecendo irrelevante. Em geral, no entanto, quando bem desenvolvida, a narrativa literária desvenda ressonâncias mais gerais, ou propriamente universais, escondidas no singular (IANI, 1999, p. 39).

No caso da História, embora ela seja uma narrativa que almeja recompor um fato dentro de uma temporalidade e o processo de narrar a situe em proximidade com a ficção, os interesses que guiam o historiador o arranjam em uma margem restrita de liberdade ficcional, uma vez que sua pretensão é aproximar-se o máximo possível da verdade. A sua forma de utilização do código

linguístico é controlada pela rigorosidade metodológica: o que diz precisa ser testado, comparado e confirmado, em oposição à Literatura, cuja marca singular é a utilização metafórica da linguagem, é a possibilidade de elaborar imagens, de criar outros sentidos além do visível. Se o literato estabelece regras de transgredir o estabelecido pelo código linguístico, o historiador precisa adotar procedimentos definidos cientificamente que possam dar transparência e coesão à sua retórica.

Sua versão do passado deve, hipoteticamente, poder ‘comprovar-se’ e ser submetida à testagem pela exibição de fontes, bibliografia, citações e notas de rodapé, como que a convidar o leitor a refazer o caminho da pesquisa se duvidar dos resultados apresentados. O texto, por sua vez, deve convencer o público leitor. O uso dos conceitos, das palavras, e a construção de argumentos devem ser aceitos, colocando-se no lugar do ocorrido, em explicação satisfatória (PESAVENTO, 2006, p. 19-20).

Em sua *Arte Poética*, Aristóteles (s/d, p. 303) resume a diferença entre o poeta e o historiador numa frase: “[...] um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido”.

### Últimas considerações

O objetivo do estudo foi compreender as relações entre História e Literatura com a reflexão acerca das características que unem as duas áreas, bem como aquelas que as distinguem e especificam, identificando limites e possibilidades. Especialmente, as reflexões postas ajudam a pensar modos de como se pode usar a Literatura como fonte para estudar a História da Educação no Brasil a partir de romances.

Atualmente, ante as crises de modelos explicativos das Ciências Sociais, tornou-se necessário encontrar novas possibilidades de acesso para a compreensão da realidade. Guardadas as devidas precauções e respeitadas as diferenças fundamentais entre os dois campos de conhecimento – História e Literatura –, torna-se possível tomar essa última como fonte da primeira, uma vez que, através dos tempos, a Literatura foi e é um instrumento de análise e compreensão das relações humanas com o mundo.

Pelos pressupostos da Nova História Cultural que advogam, entre outras questões, a ampliação das fontes, pode-se afirmar que, em sua especificidade, a Literatura é reveladora das impressões de vida no presente e no passado, em suas formas, conteúdos e representações,

porquanto é fonte de si mesma como escrita de uma sensibilidade, como registro, no tempo, das razões e sensibilidades dos homens em um certo momento da História.

Portanto, nessa perspectiva, pôde-se constatar que, em suas diferenças de abordagens, a História e a Literatura são formas narrativas de conhecer o mundo que permitem o entrecruzamento e o diálogo, ou seja, constituem-se em modos distintos de interpretar os acontecimentos humanos, e cada uma, a seu modo, reconfigura um certo passado suscetível a análises e compreensões. Os romances literários, por vezes divergentes, por vezes convergentes em relação à narrativa histórica, permitem a visualização de vestígios das ações do homem no tempo, o que amplia as fontes para as pesquisas em História da Educação Brasileira, na medida em que fornecem indícios de elaborações socialmente constituídas.

### Referências

- ARISTÓTELES. **Arte poética e arte retórica**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1988.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre Literatura e História da cultura**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. v. I.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine; MICHELETTI, Guaraciaba. Teoria e prática da leitura. In: CHIAPPINI, Lígia (Coord.). **Aprender e ensinar com textos**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 17-31.
- DECCA, Edgar Salvadori de. Questões teórico-metodológicas da História. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **História e história da educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados/ Histedbr, 2000. p. 18-24.
- FIALHO, Lia Machado Fiuza. **A experiência socioeducativa de internação na vida de jovens em conflito com a lei**. 2012. 359 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Amansando meninos**. João Pessoa: UFPB, 1998.
- GONÇALVES FILHO, Antenor Antônio. **Educação e literatura**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- IANI, Otávio. Sociologia e literatura. In: SECATTO, José; BALDAN, Ude (Orgs.). **Sociedade e literatura no Brasil**. São Paulo: Unesp, 1999. p. 9-43.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994. (Coleção Repertórios).
- LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MIRANDA, Wander Melo. **Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago**. São Paulo: USP; Belo Horizonte: UFMG, 1992.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Leituras de mulheres no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova História. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Orgs.). **História e literatura**: identidades e fronteiras. Uberlândia: UFU, 2006. p. 11-26.

PIGLIA, Ricardo. **Respiración artificial**. Buenos Aires: Planeta, 1998.

REINATO, Eduardo José. Primeiros apontamentos no entendimento da relação entre história e literatura. **Estudos**, Goiânia, v. 5, n. 1-2, p. 43-60, jan./jun. 1998.

REIS, José Carlos. **Novelle histoire e tempo histórico**: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

REIS, José Carlos. Os Annales: a renovação teórico-metodológica e 'utópica' da história pela reconstrução do tempo histórico. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **História e história da educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados: Histedbr, 2000. p. 25-49.

SEGATTO, José Antonio; BALDAN, Ude (Orgs.). **Sociedade e literatura no Brasil**. São Paulo: Unesp, 1999.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: UnB, 1988.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da literatura**. 4. ed. Lisboa: Europa-América, 1962.

WHITE, Hayden. **Meta-história**. São Paulo: USP, 1992.

Maria Lúcia da Silva Nunes - Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa | PB | Brasil. Contato: mlsnunesml@gmail.com

Lia Machado Fiuza Fialho - Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza | CE | Brasil. Contato: lia\_fialho@yahoo.com.br

Charliton José dos Santos Machado - Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa | PB | Brasil. Contato: charliltonlara@yahoo.com.br

Artigo recebido em: 7 nov. 2014 e  
aprovado em: 24 mar. 2015.